



Número: **0846155-21.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
SEVERINO RICARDO DA SILVA (AUTOR)	ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16147945	23/08/2018 14:38	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
16147981	23/08/2018 14:38	<a href="#">SEVERINO RICARDO DA SILVA</a>	Outros Documentos
16147976	23/08/2018 14:38	<a href="#">SEVERINO RICARDO DA SILVA docs</a>	Outros Documentos
16159550	24/08/2018 09:09	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18157070	04/12/2018 18:01	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
18157114	04/12/2018 18:02	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23062676	29/07/2019 14:08	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
23062679	29/07/2019 14:08	<a href="#">periciaas realizadas 21.02.2019</a>	Comunicações
25412786	22/10/2019 16:12	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
26032862	07/11/2019 17:53	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
26032864	18/11/2019 16:30	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27284225	31/12/2019 10:23	<a href="#">Petição</a>	Petição
27284227	31/12/2019 10:23	<a href="#">BO E LAUDO SEVERINO</a>	Outros Documentos
28293477	14/02/2020 10:10	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31286341	04/06/2020 17:26	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31316973	05/06/2020 13:36	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
31317301	08/06/2020 00:56	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
35459776	14/10/2020 16:44	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
35460597	14/10/2020 16:56	<a href="#">Mandado</a>	Mandado

35830 246	23/10/2020 09:38	<a href="#">Certidão Oficial de Justiça</a>	Certidão Oficial de Justiça
35830 555	23/10/2020 09:38	<a href="#">img461</a>	Devolução de Mandado
36203 517	03/11/2020 18:52	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
36203 522	03/11/2020 18:52	<a href="#">severino ricardo da silva</a>	Laudo Pericial
36223 424	04/11/2020 10:28	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

Anexo





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB

**JUSTIÇA GRATUITA**

**SEVERINO RICARDO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 2117405 SSP/PB e CPF de nº 044.786.984-14, residente e domiciliado na Rua Professor Arcanjo Cavalcanti, 33 A, Cristo Redentor, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, nº. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:

**1) PRELIMINARMENTE – DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA:**

Importante frisar que a vítima SEVERINO RICARDO DA SILVA, antes de ingressar com a presente ação judicial tentou receber o seguro DPVAT através



da seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, quando foi gerado o número de sinistro. Acontece, Excelência, que é uma prática da seguradora obstaculizar de todas as formas o recebimento do prêmio, deprecando vasta documentação diversa daquela exigida em lei.

Informamos que o processo administrativo, assim como o judicial, foi instruído com os seguintes documentos: procuração, Certidão de Atendimento do Hospital comprovando o nexo de causalidade, Boletim de Ocorrência Policial, demais laudos referentes ao acidente, além de toda documentação pessoal.

Desta forma, resta claro que o processo administrativo foi letrado com todos os documentos exigidos pela lei 6.194/74 para recebimento de segura DPVAT:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

...

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

...



§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

O intuito do Autor era de resolver o processo em sede administrativa, mas infelizmente a promovida alegou que havia documentação pendente e não deu prosseguimento ao pagamento do seguro DPVAT que tem direito toda vítima de acidente de trânsito que tenha suportado debilidade e consequente invalidez permanente.

Não cabe qualquer alegação por parte da seguradora de falta de submissão a instância administrativa, haja vista ter sido esgotado todos os caminhos pela esfera administrativa. No caso em tela, o Autor foi obrigado a ingressar com ação judicial para poder receber o seguro ao qual tem direito.

Dito, não cabe no presente processo qualquer tipo de extinção por falta de submissão a instância administrativa.

## **2) DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## **2) DOS FATOS**



O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **04/07/2016**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura diafisária de tíbia direita, **que o deixou com permanente debilidade funcional**, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

Ocorre que, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documento anexo, a Seguradora entendeu pelo cancelamento do processo administrativo levando em consideração a ausência, dentre os documentos submetidos, de Declaração do Proprietário do Veículo. Em outro documento anexo, o Autor, a próprio punho, escreveu uma carta deixando claro que não teve como localizar o proprietário do veículo que causou o sinistro, uma vez que o veículo foi adquirido de terceiro e, mesmo assim, a Seguradora manteve o cancelamento.

Ora, Excelência, tal documento não é exigido por Lei para que a vítima tenha acesso ao seguro DPVAT. **Neste caso, a exigência se caracteriza tão somente como algo protelatório e enfadonho, visando única e exclusivamente a desistência por parte do Autor da busca pelo seu direito.**

Diante desses fatos, resta ao requerente ingressar na justiça para fazer valer o seu direito.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Não a cadencia no que tange a ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas, sem ensejar carência de ação, para obter-se o provimento judicial.





### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

**No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.**

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

**“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **4) DA POSTULAÇÃO**



**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

1. Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
2. A concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesas e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;
3. A designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015;
4. Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a Promovente o valor de R\$ 9.450,00 de acordo com o artigo 5º, §1º, da lei nº. 6.194/74, devidamente alterado pela lei nº 11.482, acrescidos de juros e correção monetária;
5. **Que seja designado perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**
6. Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20 (vinte) %, sobre o valor da causa, em caso de recurso.
7. Por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

João Pessoa/PB, 03 de abril de 2018.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**THIAGO YURI DE SOUSA PESSOA**  
**ESTAGIÁRIO**

### **QUESITOS**

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?



- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente cometido?

## ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	



comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Buscar no site

A COMPANHIA SEGURO DPVAT PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS SALA DE IMPRENSA TRABALHE CONOSCO CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para o Ponto de Atendimento. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3180251876 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SEVERINO RICARDO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO SEVERINO RICARDO DA SILVA

CPF/CNPJ: 04478698414

Posição em 13-08-2018 10:48:10

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a liberação do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vitima	Pendente	

#### Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
07/06/2018	Exigência Documental	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/qZijE1Wfa3IMmsOuyBZlYA=api_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvfPqmot5QOIZOmY4feJQMkc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/qZijE1Wfa3IMmsOuyBZlYA=api_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvfPqmot5QOIZOmY4feJQMkc=</a>
07/06/2018	Aviso de Sinistro	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wEHl7Ed+VVdKIE5onjeaWw=api_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvfPqmot5QOIZOmY4feJQMkc=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wEHl7Ed+VVdKIE5onjeaWw=api_key=Vqnt69mayV3WNnWi__wpyvfPqmot5QOIZOmY4feJQMkc=</a>

#### ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 23/08/2018 14:38:10

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18082314372753000000015740376

Número do documento: 18082314372753000000015740376

Num. 16147976 - Pág. 1

**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.  
83-998732-6361/ 83-99342-1170/ 83-3512-6361

**PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"**

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Seremir Ribeiro da Silva TELEFONE 98746-1920  
98679-6283

ESTADO CIVIL solteiro PROFISSÃO Pizzaiolo

CPF 044.86984 RG 2147405 ENDEREÇO R: João

Almeida 55 Ap: Yandim Souza

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 14.438**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438**, **ANITA NÁGILA DE SÁ CARDOSO, OAB/PB 14.178**, com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de econômica mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

**GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

*Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da*  
**JUSTIÇA GRATUITA.**

João Pessoa, 22 de Junho de 2016.

(OUTORGANTE) Seremir Ribeiro da Silva







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	2.117.405 - 2ª VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	03/07/2015
NOME	SEVERINO RICARDO DA SILVA
FILIAÇÃO	JOÃO RICARDO DA SILVA TEREZA ROSA DOS SANTOS SILVA
NATURALIDADE	BORBOREMA-PB
DATA DE NASCIMENTO	30/07/1977
DCC ORIGEM	CERT. NASC. Nº548 - LIV.A 1 - FLS. 136 - CARTORIO BORBOREMA PB
CPF	044.786.984-14
Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 23/08/2018 14:38:10	

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
01 JUN. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



TATYANA OLIVEIRA DA SILVA  
RUA PROF ARAUJO CAVALCANTI, 53/A - CRISTO REDENTOR  
JOAO PESSOA/PB CEP: 58071-770 (AG. 1)  
Emissão: 23/01/2018 Referência: Jan/2018  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL/ RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 14 - 2 - 534 - 1880 Nº medidor: 00006289918

**Energisa**

ENERGISA PARABÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.096.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Note Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº001 083 944  
Cód. para Ddb. Automático: 00010639904

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Jan/2018 Apresentação 23/01/2018 Data prevista da próxima leitura 22/02/2018 CPF/CNPJ/RANI 7700525412 Insc. Est. 5/1063990-4

UC (Unidade Consumidora):

Canal de contato

Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no facebook.com.br/energisa e no Twitter (@energisa), sempre que precisar de gente. Queremos estar sempre próximos!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
22/12/17 8258	23/01/18 8340	1	84	32

CC	Descrição	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (%)	PIS/COFINS (R\$)	PIS/COFINS (%)	Outros (R\$)	Total (R\$)
0801	Consumo em kWh	84,000	0,714770	60,04	60,04	25	15,01	60,04	0,52	2,56
0801	Adic. B. Vermelha	0,88	0,89	25	0,24	0,99	0,01	0,05		
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB SERV ILUM PÚBLICA	2,44	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 12/2017	0,25	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 12/2017	0,99	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0806	PARCELAMENTO DE DÉBITO 01/12	49,58	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**COMPREV**

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

01 JUN. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00825.01.2017.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00825.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:28 horas do dia 27 de abril de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Severino Ricardo da Silva**, CPF nº 044.786.984-14, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Pizzaiolo, filho(a) de Tereza Rosa dos Santos Silva e João Ricardo da Silva, natural de Borborema/PB, nascido(a) em 30/07/1977 (39 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua José Dantas Almeida, Nº 55, complemento AP. 404, BC. 01, bairro Jardim Veneza, tendo como ponto de referência Perto do Colégio, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98679-6283.

**Dados do(s) Fatos:**

Local: Mituassu, Perto do Rio da Santinha, Conde/PB, bairro [Indeterminado]; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 04/07/16 10:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.**

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

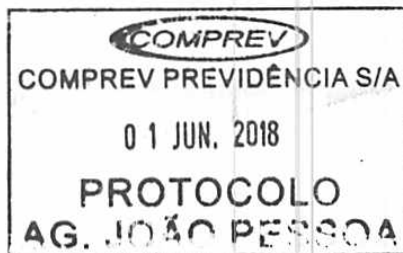
Que conduzia a MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/CG 150 FAN ESDI, COR VERMELHA, ANO 2012, PLACA OEY9795/PB, CHASSI 9C2KC1680CR441115, REGISTRADA EM NOME DE ALMIR JORONIMO ROCHA E DE PROPRIEDADE DO NOTICIANTE, quando passava por uma estrada de barro próxima ao rio da Santinha, em Mituassu, Conde/PB, perdeu o controle da motocicleta vindo a cair ao solo e em decorrência lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1491/2016, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 03.10.2016, do Complexo Hospitalar de Mangabeira para onde foi socorrido pelo SAMU; Que informa o noticiante que não possui CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.



João Pessoa/PB, 27 de abril de 2017.

*Severino Ricardo da Silva*  
SEVERINO RICARDO DA SILVA  
Noticiante



Procedimento Policial: 00825.01.2017.1.00.420

1/1





## CERTIDÃO


Nº. 1491/2016

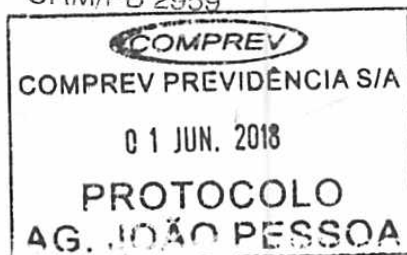
Atendendo solicitação de **EGUINALDO DA SILVA BATISTA JUNIOR** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Prontuário nº 2009.04.002449 e Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 865817 pertencentes a **SEVERINO RICARDO DA SILVA** que foi atendido dia 04/07/2016 às 11h08min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em membro inferior direito e escoriações.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem, que evidenciou fratura diafisária de tíbia direita. Realizado cirurgia dia 13/07/2016 e alta médica dia 14/07/2016.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 03 de Outubro de 2016

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959



Data e Hora : PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtda Medicamentos Dose Horario Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

**COMPREV**  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
01 JUN. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

INFORME DO PACIENTE

Residência

☐ Transferido

☐ Assistência

☐ UTI

Idade e sexo

☐ Enfermaria

Obito: ☐ Atestado

☐ SVO

☐ H2

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Paciente



Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa, 23 de agosto de 2018

José Célio de Lacerda Sá - Juiz de Direito.





**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível da Capital**

### Ato Ordinatório

Intimo a Perita ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM PB 4183, para realizar as Perícias.

Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a perícia médica no dia 21.02.2019, a partir das 15:00 horas, no endereço *Rua Sílvia Almeida, nº 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, cópias do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial, no dia da perícia.**





**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível da Capital**

Intimo a Perita ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM PB 4183, para realizar as Perícias.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a perícia médica no dia 21.02.2019, a partir das 15:00 horas, no endereço *Rua Sílvia Almeida, nº 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, cópias do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial, no dia da perícia.**







Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0846155-21.2018.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**Polo ativo: AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA**  
**Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que deixei de designar audiência para estes autos tendo em vista que a parte autora, devidamente intimada, na pessoa de seu advogado, não compareceu a pericia designada, conforme documentos em anexo.

JOÃO PESSOA, 29 de julho de 2019  
ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA



# Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva

## Perita Médica - Médica do Trabalho

Exmº. Magistrado

7ª Vara Cível – Comarca de João Pessoa - PB

*Recebido em  
26.02.19  
às 15:00h.  
A.D.*

Ao apresentar nossos cumprimentos, sirvo-me deste para encaminhar laudos médicos referentes as perícias médicas realizadas no dia **21/02/2019** nos processos DPVAT Nº

**0817021-80.2017.8.15.2001;**

**0827777-17.2018.8.15.2001;**

**0816924-17.2016.8.15.2001;**

**0811550-49.2018.8.15.2001;**

**0855752-48.2017.8.15.2001;**

**0855773-24.2017.8.15.2001;**

**0842492-64.2018.8.15.2001;**

**0844774-75.2018.8.15.2001;**

**0815403-37.2016.8.15.2001;**

**0806850-30.2018.8.15.2001;**

**0805483-39.2016.8.15.2001;**

**0844972-15.2018.8.15.2001;**

**0825232-08.2017.8.15.2001;**

**0837511-89.2018.8.15.2001** e solicitar deste r. Juízo a autorização para o pagamento dos honorários periciais desta perita, conforme Convênio firmado entre a Seguradora Líder e o TJPB, seja realizado por transferência bancária, através dos dados bancários especificados:

083 8765-6296  
083 9122-3359

dr.rosanaduarte@ig.com.br





# Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva

## Perita Médica - Médica do Trabalho

**Rosana Bezerra Duarte de Paiva**

**CPF 587.738.514-34**

**Banco do Brasil**

**Ag. 1344-7**

**Conta Corrente 5.846-7**

Antecipo os agradecimentos pela confiança dispensada e coloco-me à disposição de Vossa Excelência para colaborar com as necessidades deste Juízo, na área médico pericial. Comunico ainda que as demais perícias agendadas para esta data deixaram de serem realizadas ante a ausência dos autores.

Atenciosamente,

João Pessoa, 25/02/2019

  
*Dra. Rosana B. Duarte de Paiva*  
Perita Médica  
CRM - PB 4183 / CREMEPE 19414  
CPF: 587.738.514-34

Rosana Bezerra Duarte de Paiva.

CRM 4183 - PB

083 8765-6296  
083 9122-3359

dr.rosanaduarte@ig.com.br







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0846155-21.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Renove-se o evento [16159550](#)

JOÃO PESSOA, 17 de outubro de 2019.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0846155-21.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a parte autora foi intimada através de expediente emitido para seu advogado e não compareceu a perícia designada, o que demonstra, no mínimo, a falta de interesse, ou por outro lado que o advogado não tem contato com seu constituinte e não teve o menor interesse em afirmar tal situação. Deixei, no momento, de designar nova perícia e faço os autos conclusos para novas determinações judiciais.

JOÃO PESSOA, 7 de novembro de 2019  
ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

**Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.**





**EXCELENTÍSSIMO (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL**

**JUSTIÇA GRATUITA**

SEVERINO RICARDO DA SILVA, devidamente singularizado nos autos da *Ação de Cobrança*, movida em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SA, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vêm, com a devida vênia, perante Vossa Excelência, INFORMAR que o autor não pode comparecer na data designada (21/02/2019) para perícia médica, pois o mesmo encontrava-se internado, devido a outro acidente que sofreu no dia 17/02/2019, tendo alta apenas dia 25/02/2019, conforme se depreende os documentos juntados.

Dessa forma, para que não haja prejuízos para o autor, se requer nova data de perícia médica, e ato contínuo, intimação pessoal da parte para se submeter a prova pericial para verificar a presença de debilidade permanente,

Nestes termos, Espera deferimento.

João Pessoa- PB, 31 de dezembro de 2019.





1ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor  
de Boletim de Ocorrência

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 06307.01.2019.1.00.401**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 06307.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:38 horas do dia 06 de junho de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Severino Ricardo Silva**, CPF nº 044.786.984-14, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Pizzaiolo, filho(a) de Tereza Rosa dos Santos Silva e Joao Ricardo da Silva, natural de Borborema/PB, nascido(a) em 30/07/1977 (41 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Professor Arcanjo Cavalcanti, Nº 33, bairro Cristo Redentor, tendo como ponto de referência Bar do Ernandes, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98888-0129.

**Dados do(s) Fatos:**

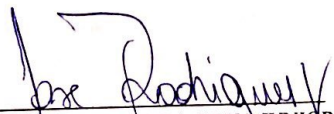
Local: Pirpirituba, Sentido Guarabira/pb, Pirpirituba/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 17/02/19 15:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

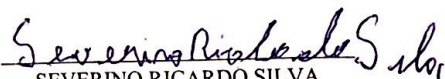
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

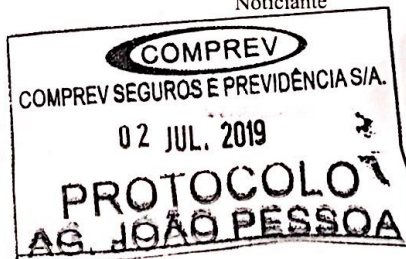
QUE NO DIA 17/02/2019, POR VOLTA DAS 15:50, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA YAMAHA FAZER DE COR PRATA, ANO 2009, PLACA EJR-5974/PB, CHASSI 9C6KG0270A0016399, NO CENTRO DA CIDADE DE PIRPIRITUBA, QUANDO ESTAVA CHEGANDO A CIDADE DE GUARABIRA/PB, VEIO UM VEÍCULO ATE O PRESENTE MOMENTO NÃO IDENTIFICADO, CRUZOU A VIA SEM SINALIZAR A FRENTE DESTE NOTIFICANTE, VINDO A PROVOCAR UMA COLISÃO; QUE FOI SOCORRIDO AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM CID S82.1, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. JOSE DE ALMEIDA BRAGA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 06 de junho de 2019.

  
JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR  
Agente de Investigação

  
SEVERINO RICARDO SILVA  
Noticiante



Procedimento Policial: 06307.01.2019.1.00.401





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	SEVERINO RICARDO DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	30/07/77
NOME DA MÃE	TEREZA ROSA DOS SANTOS SILVA

### DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	114.113
BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.143.693
DATA DO ATENDIMENTO	17/02/19
HORA DO ATENDIMENTO	16:41
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE PLATÔ TIBIAL ESQUERDO
CID 10	S82.1

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Prontuário. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referindo dor com deformidade em joelho esquerdo. RX evidencia fratura de platô tibial esquerdo, com indicação de cirurgia. Consciente e orientado. Glasgow 15. Internação para tratamento cirúrgico de fratura do platô tibial e tibial esquerdo. Operado e evoluiu sem intercorrências.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de joelho esquerdo.

### RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura de platô tibial esquerdo, com indicação de cirurgia.

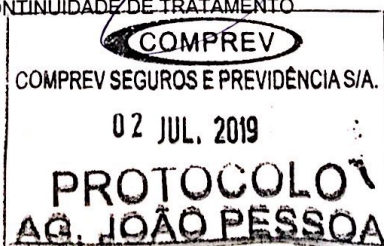
### TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura de platô tibial esquerdo.

ALTA HOSPITALAR:	25/02/19
DATA DA EMISSÃO:	13/05/19

Dr. José de Almeida Braga  
CRM: 2329/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Scanned with CamScanner







Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0846155-21.2018.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**Polo ativo: AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA**  
**Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que foi juntada petição aos autos.

JOÃO PESSOA, 14 de fevereiro de 2020  
ROSSANA COELI MARQUES BATISTA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 7ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB -

CEP: 58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.

**DESPACHO**

**Nº do Processo: 0846155-21.2018.8.15.2001**

**Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assuntos: [Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Vistos, etc.

Proceda-se com a indicação de perito, se já não tiver sido nomeado, dentre os experts cadastrados no banco de dados do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Após a indicação, ou se já nomeado o perito, Intime-o para designar dia, hora e local para a realização da perícia

Intime-se as partes para, no prazo de 15 dias, querendo, indicarem assistentes técnicos para acompanhar a perícia.

Em ato contínuo, intime-se o perito para a entrega do laudo, no prazo de 15 dias.

Entregue o laudo, expeça-se o alvará do perito, intimando-o para o recebimento

Em seguida, intinem-se as partes para, no prazo de 15 dias, falarem sobre o laudo.

Após cumprimento do despacho, façam-me os autos conclusos para julgamento

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA-PB, em 4 de junho de 2020



**JOSE CELIO DE LACERDA SA**  
Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0846155-21.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [Acidente de Trânsito]  
**Polo ativo:** AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA  
**Polo passivo:** REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que compulsando os autos verifiquei que se trata de ação DPVAT, já foi designada perícia médica e a parte autora não compareceu, nem justificou a ausência, intimada pessoalmente por carta para dizer do interesse no prosseguimento do feito, o advogado juntou aos autos termo de ocorrência policial e laudo médico do Hospital de Emergência e Trauma, mas nada requereu, nem justificou a ausência do autor. Deixei, no momento, de indicar nova perícia e intimar as partes, tendo em vista que a parte promovida ainda não foi citada, e as cartas e mandados só estão sendo cumpridos os urgentes, também por força de atos normativos conjuntos do TJPB e Resoluções do CNJ, os atos presenciais tais como audiências e perícias encontram-se suspensos. Faço conclusos.

JOÃO PESSOA, 5 de junho de 2020  
ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 7ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

---

v.

**DESPACHO**

**Nº do Processo: 0846155-21.2018.8.15.2001**

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Cumpra-se a determinação de perícia e audiência quando houver liberação dos atos presenciais.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA-PB, em 5 de junho de 2020

**JOSE CELIO DE LACERDA SA**

Juiz(a) de Direito







**Poder Judiciário da Paraíba**  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**0846155-21.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

---

**ATO ORDINATÓRIO**

De acordo com o art.93 inciso XIV<sup>1</sup>, da Constituição Federal,e nos termos do art. 152 inciso VI,§1º do CPC<sup>2</sup>, bem assim o art. 203 § 4º do CPC<sup>3</sup>, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, e da portaria 01/2015 da 7ª Vara Cível, procedo com:

Intimo o PERITO Dr. ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR, CRM PB 5453, para realizar as Perícias.

Intimo as partes através dos seus advogados para comparecer a perícia medica no dia **30/10/2020, a partir das 14:00 horas, o atendimento será realizado por ordem de chegada, a Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra** (Ponto de referência em frente a Praça Sílvio Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP. 58.038-500, João Pessoa – PB **devendo a parte comparecer**, portando documento pessoal com foto, copia do boletim de ocorrência policial e atendimento médico e exames da inicial, no dia da perícia. Confirmar no whatsapp da 7ª Vara Nº 083 99144-6595.

Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

João Pessoa-PB, em 14 de outubro de 2020

MARIA JANDIRA UGULINO NETA



## Analista/Técnico Judiciário

---

<sup>1</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

<sup>2</sup> Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

<sup>3</sup> Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário



7ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
( )

Nº do processo: 0846155-21.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

### MANDADO DE INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte:

Nome: SEVERINO RICARDO DA SILVA  
Endereço: R PROFESSOR ARCANJO CAVALCANTI, 33, CRISTO REDENTOR, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58071-770, para comparecer a perícia médica no dia 30/10/2020, a partir das 14:00 horas, o atendimento será realizado por ordem de chegada, a Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manaíra (Ponto de referência em frente a Praça Sílvia Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP. 58.038-500, João Pessoa – PB **devendo a parte comparecer**, portando documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e atendimento médico e exames da inicial, no dia da perícia. Confirmar no whatsapp da 7ª Vara Nº 083 99144-6595.

JOÃO PESSOA, em 14 de outubro de 2020.

De ordem, MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Servidora



## CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro, Intimei Severino Ricardo da Silva, que se cientificou deste, ficando com a contrafé, e exarou sua assinatura.

O referido é verdade.

Costa

Holimar Medeiros da





## 7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

( )

Nº do processo: 0846155-21.2018.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

## MANDADO DE INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte:

Nome: SEVERINO RICARDO DA SILVA

Endereço: R. PROFESSOR ARCANJO CAVALCANTI, 33, CRISTO REDENTOR, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58071-770, para comparecer a perícia médica no dia 30/10/2020, a partir das 14:00 horas, o atendimento será realizado por ordem de chegada, a Rua Manoel Bezerra Cavalcante, 47, Manáira (Ponto de referência em frente a Praça Sílvio Porto), Fone: 83-3247 - 6465, CEP. 58.038-500, João Pessoa - PB **devendo a parte comparecer**, portando documento pessoal com foto, copia do boletim de ocorrência policial e atendimento médico e exames da inicial, no dia da perícia. Confirmar no whatsapp da 7ª Vara N° 083 99144-6595.

JOÃO PESSOA, em 14 de outubro de 2020.

De ordem, MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Servidora

X Severino Ricardo da Silva 16/10/2020  
PC 17:11h

15/10/2020 11:





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0846155-21.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Acidente de Trânsito]  
Polo ativo: AUTOR: SEVERINO RICARDO DA SILVA  
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## CERTIDÃO

**Certifico que juntei o laudo do perito, realizado no dia 30/10/2020. O referido é verdade e dou fé.**

JOÃO PESSOA, 3 de novembro de 2020  
MARIA JANDIRA UGULINO NETA



30 de outubro de 2020

### PERÍCIA MÉDICA


PROCESSO: nº. 0846155-21.2018.8.15.2001

Reclamante: SEVERINO RICARDO DA SILVA

Reclamado: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

Em 30 de outubro de 2020 compareceu ao consultório médico o Sr. SEVERINO RICARDO DA SILVA para realização da perícia médica, com laudo em formulário próprio anexo a este documento onde constatei:

- LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO MEMBRO INFERIOR DIREITO (MOVIMENTOS DE FLEXÃO, EXTENSÃO) DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM 04 DE JULHO DE 2016 LEVANDO A PERDA FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO DA ORDEM DE 50% (MÉDIA).

  
Dr. Álvaro Vitorino de Pontes Júnior  
Médico  
CRM/PB 5453  
ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR  
CRM/PB 5453 – RQE 6157

Scanned by CamScanner



EXM<sup>sa</sup>. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA -  
TJPB

PROCESSO: nº. 0846155-21.2018.8.15.2001

Reclamante: SEVERINO RICARDO DA SILVA

Reclamado: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR, brasileiro, casado, médico perito, com título de especialista pela AMB (Associação Médica Brasileira) em PERÍCIAS MÉDICAS, inscrito no CRM/PB sob o nº 5453, RQE 6157, vem, com o devido respeito, participar à Vossa Excelência o laudo pericial do reclamante em epígrafe ao mesmo tempo que solicita o pagamento dos honorários periciais via depósito bancário em conta corrente do Banco do Brasil, agência 8632-0, conta corrente 111159-0, e informa que já contribui sobre o teto do INSS e do ISS.

Nestes termos,

Pede deferimento

João Pessoa, 30 de outubro DE 2020

ÁLVARO VITORINO DE PONTES JÚNIOR

CRM/PB 5453 – RQE 6157

Dr. Alvaro Vitorino de Pontes Junior  
Médico  
CRM-PB 5453

Scanned by CamScanner





PROCESSO Nº 0846155-21.2018.8.15.2001

**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nome completo: SONILDO RUIZ DA SILVA  
CPF: 044 786 984-14  
Endereço completo: Rua. Prof. ALVARO CAVALLARI, Nº 33,  
CUNHO, J. ANNA / PB.

**Informações do acidente**

Local: MITURAM, AGRUO DO RIO DA SANTITA, CUNHO / PB  
Data do Acidente: 04/07/16

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº \_\_\_\_\_, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na \_\_\_\_\_ Vara Cível ou JEC da Comarca de \_\_\_\_\_

J. ANNA / PB, 30/07/2020 de 2017.

Assinatura da vítima

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

(MOTO SOBITO).

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

MEMBRO INFERIOR  
DIREITO.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

SIM. NA NOTAS COM  
O AUMENTO.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Scanned by CamScanner



PROCESSO Nº 0846155-21.2018.8.15.2001

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Limitação nos movimentos no membro inferior direito (femur).

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total  
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial  
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).  
Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

30/01/2020 de 2017

Assinatura do médico - CRM

Dr. Alvaro Vitorino de Pontes Junior  
Médico  
CRM-PB 3453

Scanned by CamScanner



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível da Capital**

**AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

---

**0846155-21.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

---

**ATO ORDINATÓRIO**

De acordo com o art. 93, inciso XIV<sup>1</sup>, da Constituição Federal, e nos termos do art. 152, inciso VI, § 1º do CPC<sup>2</sup>, bem assim o art. 203, § 4º do CPC<sup>3</sup>, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, procedo com:

(X) Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entenderem de direito, e a parte promovida para efetuar o pagamento do perito, se já não o fez.

João Pessoa-PB, em 4 de novembro de 2020

**ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA**

Analista/Técnico Judiciário

---

<sup>1</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

<sup>2</sup> Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

<sup>3</sup> Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário

